



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Conselho Nacional de Recursos Hídricos
Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos - CTCOB
SEPN 505 - Bloco B - Edifício Marie Prendi Cruz, 1º andar - Sala 108 - Brasília-DF
CEP: 70.730-542.
Tel.: (61) 3105-2082; sec.executiva@cnrh-srh.gov.br

Nota Técnica nº 001/CTCOB

Brasília 10 de Novembro de 2008

Assunto: Proposta de resolução que altera a Resolução nº 70 de março de 2007 que estabelece “os procedimentos, prazos e formas para promover a articulação entre o CNRH e os Comitês de Bacia Hidrográfica, visando definir as prioridades de aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água..”.

APRESENTAÇÃO

1. Para elaboração da proposta de resolução ora comentada, foram realizadas varias reuniões no âmbito da CTCOB, a partir da aprovação das resoluções que estabeleceram para a ANA as prioridades para aplicação dos recursos da cobrança nos anos 2008 e 2009, resoluções nº 71 de junho de 2007 e resolução nº 90 de junho de 2008.
2. A proposta de Resolução apresenta três artigos que dispõem sobre as alterações relacionadas basicamente com o processo de cronologia a ser adotado para consulta aos comitês de bacia em termos de prioridades de aplicação dos recursos da cobrança, a periodicidade da consulta e a importância de articulação para minimizar o contingenciamento que incide sobre estes recursos da cobrança.
3. Esta Nota Técnica está estruturada da seguinte forma:

Introdução

Estratégia da CTCOB

Considerações sobre a proposta de Resolução

Anexo (Proposta de Resolução)

Introdução

4. Ao longo dos últimos anos o CNRH tem estabelecido as prioridades para aplicação dos recursos da Cobrança conforme art. 28 da Lei 9984 de 2000. No artigo 5º da resolução nº 41 de 2/07/ 2004, ficou definido que deveria ser elaborada resolução específica pela CTIL, resolução esta que estabeleceria uma cronologia anual para a consulta aos CERH e Comitês nos anos vindouros. Quando da XII reunião Ordinária do CNRH em 20/12/2004 foi apresentada uma versão da referida resolução que foi objeto de pedido de vistas do Setor Industria.

5. Na reunião foi entregue conforme regimento, o parecer sobre a proposta, foi enfatizado no parecer da Conselheira Cristina Yuan que “ o que motivou aquela resolução foi a necessidade de padronizar os procedimentos e a forma para o encaminhamento das informações a serem prestadas por comitês de bacias e CERH”.

6. A CTIL em 18/04/2005 solicitou à CTCOB pelo ofício nº 11/2005/CTIL/CNRH/MMA a participação e envolvimento da CTCOB (de onde originalmente a resolução objeto do pedido de vistas tinha saído) para propor uma nova resolução que viesse ao encontro das manifestações durante a plenária do CNRH.

7. Durante os meses de abril de 2005 a novembro de 2006 a CTCOB, durante suas reuniões periódicas, se debruçou sobre a proposta de resolução e durante a 46ª reunião realizada no dia 8/12/2006 foram concluídos os trabalhos e encaminhada nova proposta de resolução à CTIL. Na 89ª reunião da CTIL em 8/02/2007 a matéria foi analisada e com algumas modificações de forma, foi concluída para ser encaminhada à plenária do CNRH, a versão “CTIL” da proposta de resolução.

8. Na XX Reunião Extraordinária do Conselho Nacional Recursos Hídricos – CNRH, de 19 de março de 2007, a Resolução nº 70, *estabeleceu procedimentos e prazos para promover a articulação entre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH e os Comitês de Bacia Hidrográfica, visando definir prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água, referidos no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000.*

9. Tão logo a Resolução nº 70 em 2007 foi aprovada foram desencadeados os processos de consulta aos Comitês. Após tabulação pela ANA das prioridades encaminhada na forma de Programas e Sub Programas do PNRH, a CTCOB apresentou a proposta de Resolução para o estabelecimento de prioridades para o ano de 2008, que foi aprovada e publicada com o numero de Resolução nº 71. Ao final do ano de 2007, iniciou-se novamente o processo de consulta aos estados e durante os primeiros meses do ano de 2008 a CTCOB, fundamentada nas informações encaminhadas e tabuladas pela ANA, apresentou nova proposta de resolução contendo as prioridades para aplicação dos recursos da cobrança para o ano 2009. Esta nova resolução foi aprovada e publicada com o numero de Resolução nº 90 em junho de 2008 .

10. Durante todos estes anos percebeu-se que havia, por parte dos informantes, Comitês de Bacia de Rios de Domínio da União e Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos- CERH críticas ao processo, todas elas, relacionadas basicamente ao tempo estabelecido para a coleta e envio das informações que era muito curto.

11. Outro ponto levantado pelos próprios membros da CT estava relacionado ao período de um ano para o estabelecimento das prioridades, ou seja, as prioridades são estabelecidas anualmente. Entendem os membros da CT e os informantes que um ano apenas não é tempo suficiente para o atendimento da prioridades sendo o ideal no minimo dois anos.

Diante desta conjuntura a CT houve por bem analisar e propor uma revisão na Resolução nº 70, com uma nova cronologia para a estabelecimento dos procedimentos, prazos e formas para promover a articulação entre o CNRH e os Comitês de Bacia Hidrográfica, visando definir as prioridades de aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água, bem como um novo período para se efetuar a consulta, no caso, bianual.

Estratégia da CTCOB :

12. Durante 56ª, 57ª e 58ª reuniões da CTCOB o assunto revisão da Resolução nº70 foi constantemente pautado. Os representantes dos Estados na CT concordaram com o processo de

revisão proposto, alegando inclusive que participaram nos seus respectivos Estados da coleta e remessa das informações à ANA. Alegaram eles que, devido aos prazos estipulados pela Resolução nº 70 era impossível, nos estados, reunir o CERH para validar as decisões dos Comitês de Rio de Domínio dos Estados. Da mesma forma, representantes dos Comitês de Bacia alegaram que o tempo exíguo impedia que fosse aproveitada uma reunião plenária do Comitê para juntos optarem pelas prioridades que atendiam o Comitê

13. Nas reuniões foi também discutida sobre a oportunidade de se rever também os prazos para a coleta das informações, foram apresentadas varias justificativas alegando que uma consulta bianual seria mais compatível com a importância das informações, e ficou assim estabelecido.

14- Foi sugerido e discutido, que seria importante conter também nesta proposta de resolução uma menção sobre a importância de formalização do processo de consulta por parte dos CERH aos comitês de Rios de Domínio dos Estados em funcionamento. Desta forma, de fato, as prioridades de um estado refletiriam a opinião dos Comitês de Bacia bem como do próprio CERH.

Considerações sobre a proposta de Resolução

14. A resolução contem apenas três artigos que alteram os artigos 3º,4º,5º,6º e 8º da Resolução nº 70. No Artigo 3º alem de alterar o prazo para consulta de um para dois anos, acrescenta o paragrafo 3º, que trata da importância da formalização de consulta aos Comitês Estaduais.

15 Os demais artigos alterados dizem respeito à cronologia mencionada anteriormente e ainda no artigo 8º realça a importância da participação do plenário do CNRH no processo de minimização do contingenciamento que incide sobre os recursos da cobrança do setor elétrico.

Anexo (Proposta de Resolução)

Brasília 10 de novembro de 2008